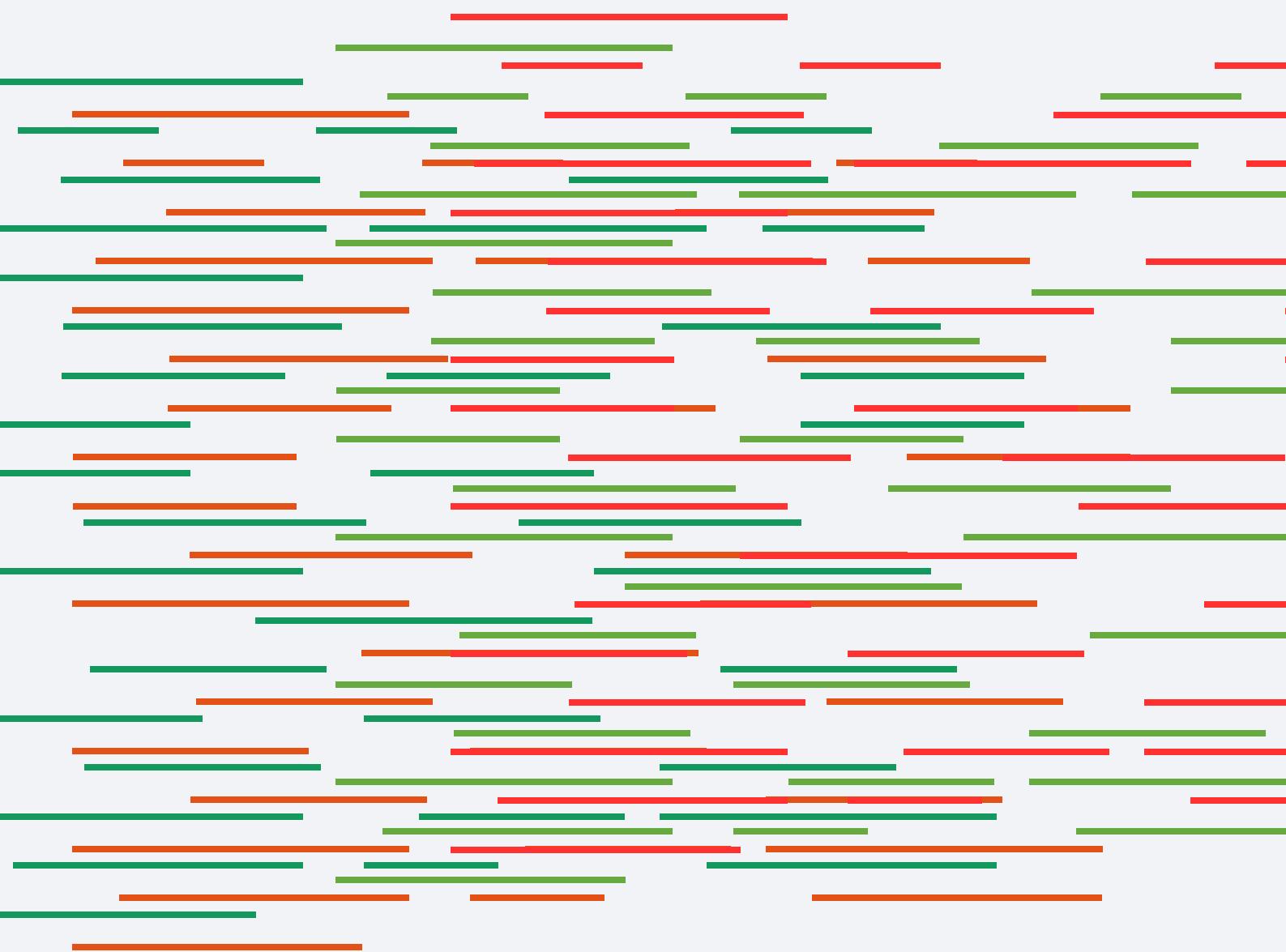


A COMUNIDADE A QUE TENHO DIREITO

*Roteiro para um município mais
amigo dos Consumidores*



Índice

Introdução	03	Habitação	10
Água e Resíduos	04	Energia	12
Espaços Verdes	06	Informação	14
Mobilidade	08	Reflexão	16

Introdução

As comunidades – sejam elas urbanas ou rurais – são muito mais do que espaços físicos delimitados por ruas, edifícios ou infraestruturas. São lugares de vida, de encontros e de oportunidades. São o palco onde trabalhamos, estudamos, cuidamos das nossas famílias e construímos o nosso futuro coletivo. Mas estarão verdadeiramente preparadas para responder às necessidades de quem nelas vive?

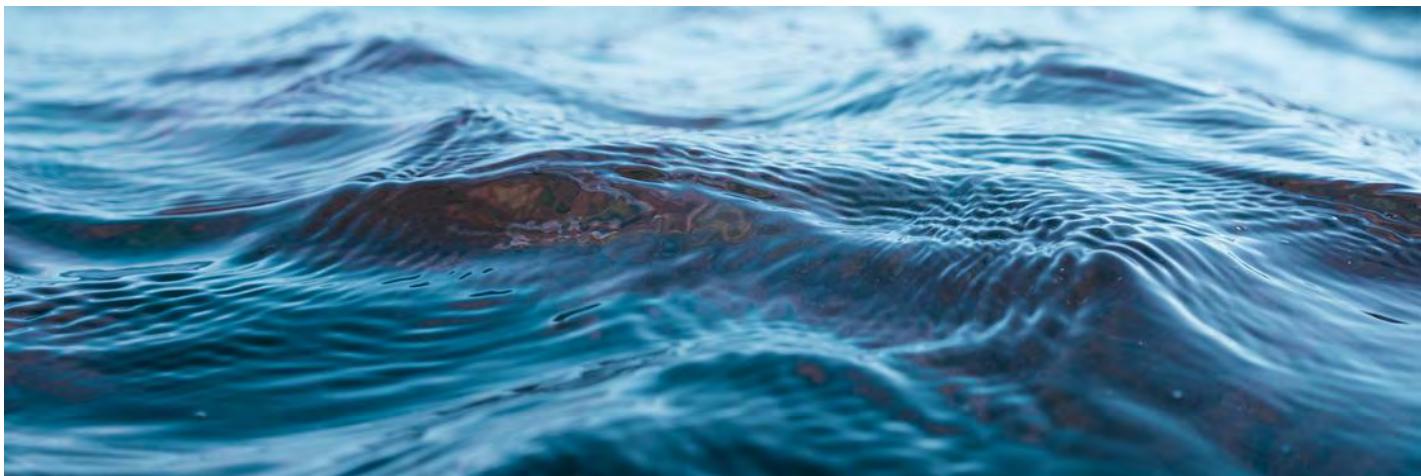


Os municípios e freguesias têm um papel central na construção de comunidades mais justas, sustentáveis e acessíveis. Através de políticas locais consistentes e próximas das pessoas, é possível garantir habitação digna, mobilidade eficiente e sustentável, serviços públicos de qualidade e uma economia local mais resiliente e inovadora. Quem assume responsabilidades de governação local tem nas mãos a possibilidade de transformar realidades e melhorar, todos os dias, a vida dos cidadãos.

Com as eleições concluídas, inicia-se agora um novo ciclo de responsabilidade e de ação. A DECO apresenta este documento como um contributo para apoiar os eleitos locais no desenho e implementação de medidas que promovam comunidades mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis.

Os consumidores exigem compromisso, visão e resultados: comunidades que protejam os seus habitantes, que incentivem a inovação e que assegurem qualidade de vida para todos, independentemente da idade, da condição económica ou da fase da vida em que se encontram.

A comunidade a que temos direito constrói-se agora.
E os eleitos locais têm um papel decisivo nesse caminho!



UMA COMUNIDADE COM GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA E DOS RESÍDUOS

Garantir uma gestão justa da água e dos resíduos é proteger o ambiente, reduzir desigualdades e assegurar que todos os cidadãos beneficiam de serviços essenciais de qualidade.

O acesso à água potável e à gestão adequada dos resíduos urbanos são serviços essenciais, cuja qualidade e justiça dependem, em larga medida, das decisões tomadas ao nível municipal. As autarquias têm a responsabilidade de garantir que estes serviços respondem às necessidades reais das populações, com tarifas equilibradas e práticas ambientalmente responsáveis.

Os desafios enfrentados incluem perdas significativas nas redes de abastecimento, falta de tarifas sociais eficazes e dificuldade em cumprir as metas de recolha seletiva. A implementação desigual de soluções sustentáveis e a recolha parcial de resíduos — como biorresíduos, têxteis, móveis, resíduos perigosos, pilhas e equipamentos eletrónicos — dificultam o avanço da economia circular.

É ao nível local que a gestão dos recursos pode avançar de forma mais justa e eficaz. Com investimento, planeamento e proximidade, os municípios têm a capacidade de liderar a transição para sistemas mais eficientes, inclusivos e ambientalmente responsáveis.



A par e passo

- 1 Aplicar de forma obrigatória e automática a tarifa social da água, alargando-a ao serviço de gestão de resíduos urbanos, com critérios de elegibilidade harmonizados em todo o território nacional.
 - 2 Reduzir as perdas nas redes de abastecimento de água, através de investimentos na monitorização e reabilitação das infraestruturas municipais, assegurando maior eficiência e menos desperdício.
 - 3 Acelerar a implementação da recolha seletiva de biorresíduos, criando incentivos monetários para os consumidores e preparando a transição para o sistema Pay-As-You-Throw (PAYT), em que cidadão paga em função do que efetivamente produz.
 - 4 Reforçar campanhas de sensibilização e literacia ambiental, com informação clara e acessível sobre poupança de água, separação de resíduos e benefícios da economia circular.
 - 5 Desenvolver programas de apoio e incentivos para a aquisição de equipamentos hidricamente eficientes e para a adoção de hábitos que reduzam o consumo de água.
- 



UMA COMUNIDADE COM ESPAÇOS VERDES ACESSÍVEIS E VIVOS

Investir em espaços verdes acessíveis e vivos é investir diretamente no bem-estar das famílias, na segurança das crianças e na coesão das comunidades locais.

Os espaços verdes são essenciais para a saúde física e mental da população, para a regulação térmica das cidades e para a preservação da biodiversidade. São também locais de encontro, bem-estar e inclusão, cuja presença deve ser garantida em todo o território, com acesso universal, seguro e de qualidade.

Apesar da sua importância, muitas comunidades ainda enfrentam carência de zonas verdes, má conservação dos espaços existentes ou ausência de planeamento ecológico. A desigualdade territorial no acesso a parques, jardins e equipamentos de lazer — como parques infantis — acentua disparidades sociais e compromete o direito de todos a usufruir destes benefícios.

A intervenção municipal é determinante para integrar os espaços verdes e os equipamentos de lazer nas políticas de ordenamento, educação, saúde e coesão social. Investir nestes espaços é promover comunidades mais habitáveis, resilientes e equitativas para todas as gerações.

A par e passo



- 1 Assegurar a existência de espaços verdes de proximidade em todos os bairros, com acesso universal, seguro e inclusivo, evitando desigualdades territoriais.
- 2 Requalificar e manter em bom estado parques infantis e equipamentos de lazer, garantindo segurança, acessibilidade e diversidade de usos para diferentes idades.
- 3 Integrar os espaços verdes no planeamento urbano e educativo, promovendo a sua utilização para atividades escolares, desportivas e comunitárias, com benefícios para a saúde e a educação ambiental.
- 4 Promover a participação da comunidade na gestão e dinamização dos espaços verdes, apoando hortas comunitárias, programas intergeracionais e atividades de voluntariado ambiental.
- 5 Aplicar critérios de sustentabilidade e biodiversidade na gestão dos espaços verdes, privilegiando espécies autóctones, corredores verdes e soluções baseadas na natureza para enfrentar as alterações climáticas.





UMA COMUNIDADE COM MOBILIDADE ACESSÍVEL E SUSTENTÁVEL

Garantir transportes públicos eficientes, modos suaves integrados e acessibilidade para todos é investir na qualidade de vida e na igualdade de oportunidades.

Uma mobilidade eficiente, segura e acessível é condição fundamental para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida urbana. O planeamento da mobilidade está entre as principais competências municipais e deve ser conduzido com uma visão de longo prazo, sustentável e inclusiva.

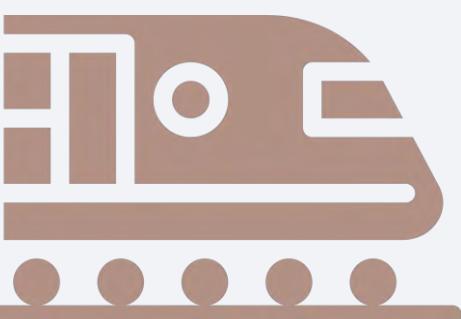
Muitos municípios enfrentam problemas como transportes públicos insuficientes, dependência excessiva do automóvel e fraca integração dos modos suaves. Estes obstáculos penalizam sobretudo quem tem menos recursos ou vive em zonas periféricas.

As autarquias têm a oportunidade de liderar uma transformação no modelo de mobilidade, apostando em redes públicas integradas, transportes flexíveis e infraestruturas cicláveis e pedonais. A mobilidade é também uma ferramenta de justiça territorial e climática.

A par e passo



- 1 Expandir e melhorar a oferta de transportes públicos, assegurando frequência adequada, horários flexíveis e cobertura em todas as áreas, incluindo periferias e zonas rurais, garantindo disponibilidade para todos os cidadãos.
- 2 Promover e integrar modos de transporte suaves, como ciclovias, passeios pedonais seguros e sistemas de bicicletas partilhadas, com ligação eficiente aos transportes públicos.
- 3 Acelerar a transição para uma mobilidade elétrica, através da substituição gradual das frotas municipais e do reforço da eletrificação dos transportes públicos, garantindo aos consumidores o acesso a uma rede de pontos de carregamento acessível, fiável e equitativamente distribuída pelo território.
- 4 Garantir acessibilidade e inclusão em toda a rede de mobilidade, adaptando transportes e infraestruturas para pessoas com mobilidade reduzida, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis.
- 5 Desenvolver soluções de transporte flexível e inteligente, incluindo transporte a pedido em áreas de baixa densidade e integração tecnológica de horários e bilhetética, para otimizar a eficiência e reduzir desigualdades de acesso.





UMA COMUNIDADE COM HABITAÇÃO DIGNA E ACESSÍVEL

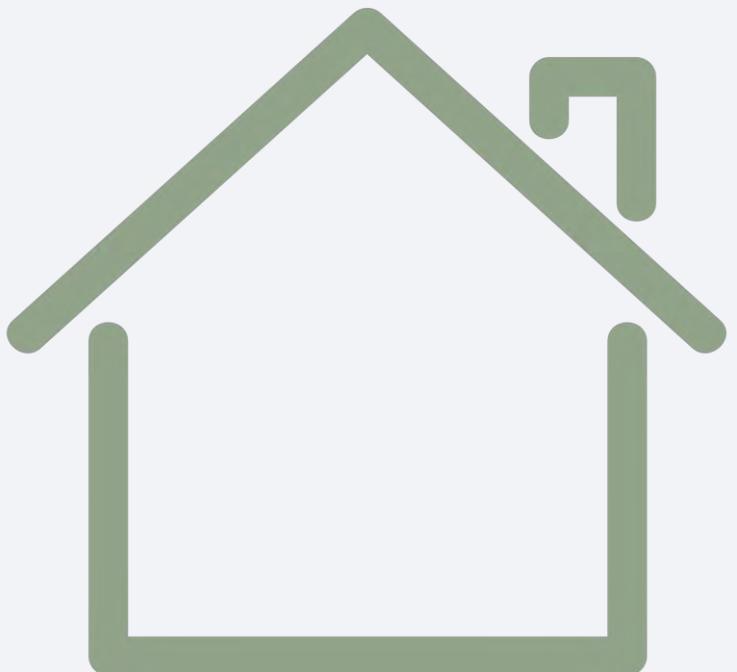
Promover habitação acessível e de qualidade é investir em justiça social, estabilidade familiar e desenvolvimento sustentável das nossas comunidades.

A crise habitacional em Portugal é um problema estrutural que exige respostas locais concretas e articuladas. O papel das câmaras municipais na promoção de habitação acessível e digna é essencial, quer através da reabilitação, quer na gestão de programas públicos.

O acesso à habitação é hoje um dos maiores desafios para as famílias portuguesas. A escassez de oferta pública, o aumento dos preços no mercado e a degradação do parque habitacional tornam difícil garantir soluções adequadas e estáveis, sobretudo para os jovens, idosos e agregados com rendimentos baixos ou médios.

Inverter esta realidade implica políticas locais ambiciosas, participadas e tecnicamente sustentadas. Garantir uma habitação condigna é assegurar coesão social, qualidade de vida e um território mais equilibrado — um compromisso que deve estar no centro da ação de qualquer executivo local.

A par e passo



- 1 Assegurar políticas locais de arrendamento acessível, através da disponibilização de habitação municipal, da criação de bolsas de arrendamento a preços controlados em parceria com proprietários.
- 2 Promover programas de reabilitação do parque habitacional existente, incluindo incentivos à eficiência energética, acessibilidade e melhoria das condições de habitabilidade, com especial foco nos edifícios mais antigos e degradados.
- 3 Reforçar a execução e monitorização das Estratégias Locais de Habitação (ELH), garantindo relatórios públicos e acessíveis sobre resultados alcançados, recursos investidos e número de famílias apoiadas.
- 4 Integrar a habitação em planos urbanos participados, assegurando articulação com transportes, equipamentos públicos e serviços essenciais, para criar bairros equilibrados e sustentáveis.
- 5 Estimular a participação dos cidadãos na definição de políticas habitacionais, através de consultas públicas, assembleias locais e mecanismos de acompanhamento das políticas implementadas.





UMA COMUNIDADE COM ENERGIA LIMPA E JUSTA

Uma transição energética justa só é possível se todos os cidadãos tiverem acesso a energia limpa, acessível e segura.

A transição energética justa começa nos territórios e nas decisões que os municípios tomam sobre o uso de energia nos edifícios, nos transportes e nos serviços públicos. A liderança local neste domínio é decisiva para cumprir os objetivos de neutralidade carbónica até 2050.

Muitos municípios ainda enfrentam limitações na reabilitação energética dos seus edifícios, na promoção de comunidades de energia e no apoio a consumidores vulneráveis. A ausência de planeamento energético local é um entrave real à ação.

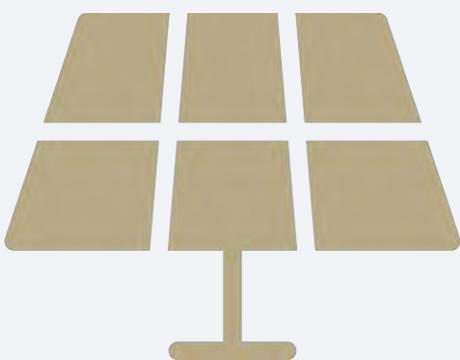
A aposta em energias renováveis e na eficiência energética pode gerar poupanças, criar emprego local e reforçar a resiliência climática. Cabe às autarquias garantir que ninguém fica para trás nesta transição e que o acesso à energia sustentável é um direito efetivo.

Para isso, os municípios podem recorrer a soluções práticas que apoiem os consumidores, especialmente os mais vulneráveis, e promovam eficiência e sustentabilidade no território. Um exemplo é a colaboração com entidades especializadas, como a DECO, que, através do [Balcão de Habitação e Energia](#), presta apoio direto aos cidadãos, ajudando-os a poupar energia, reduzir custos, melhorar as condições das suas habitações e aceder a programas de apoio público.

A par e passo



- 1 Reabilitar energeticamente os edifícios municipais e equipamentos públicos, assegurando maior eficiência, menor consumo e exemplos concretos para a comunidade.
- 2 Disponibilizar um serviço de atendimento gratuito e próximo dos cidadãos, que ofereça acompanhamento personalizado na identificação de necessidades energéticas e habitacionais, orientação na candidatura a incentivos e programas de apoio, aconselhamento sobre tarifas e contratos de energia, e informação independente sobre direitos na habitação.
- 3 Implementar programas municipais de apoio ao consumo energético eficiente, incluindo incentivos para as famílias investirem em equipamentos eficientes e soluções de autoconsumo e desenvolver ações de literacia energética para capacitar os cidadãos na gestão do consumo e no acesso a energias limpas.
- 4 Desenvolver os planos municipais de ação climática, com metas claras de poupança, eficiência e produção local de energia limpa, garantindo a integração com transportes, habitação e ordenamento do território.
- 5 Apoiar a criação de comunidades de energia renovável (CER), facilitando processos administrativos, disponibilizando informação clara aos cidadãos e incentivando a participação de consumidores vulneráveis.





UMA COMUNIDADE COM CIDADÃOS INFORMADOS, PROTEGIDOS E ENVOLVIDOS

Garantir informação, proteção e participação não é apenas um dever das autarquias: é a chave para comunidades mais coesas e sustentáveis.

A qualidade da governação local mede-se também pela capacidade de garantir que todos os cidadãos têm acesso à informação, compreendem os seus direitos e deveres e podem participar nas decisões que os afetam. Uma cidade mais justa começa por garantir que ninguém é deixado para trás no acesso aos serviços públicos.

O apoio ao consumidor é um serviço fundamental, que deve estar disponível a todos os munícipes. Cabe às autarquias assegurar esse apoio com proximidade, clareza e sensibilidade às diferentes realidades sociais e económicas.

A DECO tem vindo a colaborar com vários municípios e freguesias na criação de soluções eficazes neste domínio — desde serviços de apoio ao consumidor até programas de literacia para públicos vulneráveis. Partilhar estas boas práticas é uma forma concreta de reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições locais.

A par e passo



- 1 Criar ou reforçar um serviço municipal de apoio ao consumidor, com atendimento gratuito, regular e acessível a todos.
- 2 Desenvolver iniciativas de literacia do consumo, digital e financeira, em articulação com escolas, universidades sénior, IPSS e bibliotecas municipais.
- 3 Incluir temas de cidadania e consumo responsável em campanhas e eventos municipais, recorrendo a linguagem acessível e promovendo o envolvimento da comunidade.
- 4 Garantir que todos os serviços municipais são inclusivos, assegurando adaptações adequadas às necessidades de pessoas com baixa literacia digital, dificuldades económicas ou portadoras de deficiência.



Reflexão

Construir comunidades melhores é um desafio coletivo. As decisões tomadas ao nível municipal têm impacto direto na vida dos consumidores, influenciando a qualidade dos serviços, o custo de vida, a mobilidade, o acesso à habitação e a eficiência energética. Por isso, é essencial que as políticas locais respondam às necessidades reais de quem vive nestes territórios.

Com este documento, a DECO pretende contribuir para esse caminho, apresentando propostas concretas e exequíveis que podem fazer a diferença no dia a dia da população. Sabemos que os desafios são muitos, mas acreditamos que, com políticas locais bem estruturadas, é possível garantir comunidades mais inclusivas, sustentáveis e inovadoras, onde os direitos dos consumidores sejam protegidos e promovidos.

Agora, cabe aos eleitos locais transformar estas ideias em ação. O futuro das nossas comunidades decide-se hoje, e cada compromisso assumido fará a diferença na qualidade de vida de todos os cidadãos.

A DECO está disponível para colaborar, aprofundar estas propostas e encontrar soluções que tornem as comunidades mais justas, acessíveis e sustentáveis para todos.

Juntos, podemos construir a comunidade a que todos os consumidores têm direito.



Contactos



deco@deco.pt
213 710 200



R. de Artilharia Um,
nº 79, 4.º Lisboa

